

Recebido em: 13-09-2023

Aceito em: 20-01-2024

Afrocentricidade em Bibliotecas Universitárias: a importância de obras decoloniais nos acervos

Tatiane Helena Borges de Salles¹

Maísa Coelho França²

Marival Baldoino de Santana³

Luciana de Souza Gracioso⁴

Ariadne Chloe Mary Furnival⁵

Resumo: Sendo a Biblioteca Universitária um local de possibilidades, o estudo reflete a importância de obras decoloniais em seus acervos a partir de intelectuais e escritoras (es) negras(os) que apresentam, através da escrita, a ruptura da máscara do silenciamento imposta pelo colonialismo. Este estudo tem como objetivo geral refletir sobre a importância das obras decoloniais em acervos de Bibliotecas Universitárias, de modo a promover a justiça informacional e, ao mesmo tempo, colaborar para a descolonização das unidades de informação por meio de obras escritas por pessoas negras que dialogam e refletem a sociedade brasileira trazendo afrocentricidade. Trata-se de um estudo de tipo exploratório com abordagem qualitativa, cujos procedimentos de coleta de dados são a pesquisa bibliográfica e teórica, a fim de analisar a potencialidade dialógica dessas obras nos acervos universitários. Conclui-se que as obras estudadas trazem reflexões sobre a promoção do pensamento decolonial e antirracista colaborando para a justiça social, informacional e racial no âmbito das Bibliotecas Universitárias.

Palavras-chave: Decolonialidade. Biblioteca Universitária. Acervo. Racismo. Justiça Informacional.

¹ Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI – UFSCar). E-mail: tatianejph@gmail.com.

² Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI – UFSCar). E-mail: maisa.franca@estudante.ufscar.br

³ Docente e Mestre em Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Hortolândia (IFSP) E-mail: marival.santana@ifsp.edu.br

⁴ Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI – UFSCar). E-mail: luciana@ufscar.br

⁵ Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI – UFSCar). E-mail: chloe@ufscar.br

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas acompanham a evolução da sociedade servindo de guardiãs de todo o conhecimento produzido desde os primórdios até a mais alta tecnologia conhecida atualmente. Se outrora tinha como papel principal a guarda dos materiais considerados importantes por comunidades aristocratas e elites da sociedade, hoje revê seu papel como instrumento de democratização do conhecimento. O acervo, preservado e guardado a sete chaves por profissionais bibliotecários, divide seu espaço - inclusive na estante - com pessoas com diferentes contextos de vida. A elite, considerada pensadora e detentora do conhecimento, perde espaço para públicos que foram constantemente silenciados durante séculos. Esses públicos - aqui, leia-se negros, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, dentre outros - encontram na biblioteca um espaço para ser e estar, um espaço para ocupar e mudar narrativas que há anos eram tidas como única.

Com o colonialismo (que trouxe consigo o racismo e o sexismo), a Europa se posicionou como centro e a América-latina como periferia (Quijano, 2005). O desenvolvimento desta última deu-se através de conflitos entre resistências locais e a visão eurocêntrica, pois a colonização nega ao colonizado o seu passado. Autores como Frantz Fanon, Angela Davis, Malcom X e James Baldwin dedicaram grande parte de suas vidas em obras que refletem o racismo e como o sistema colonial constrói e perpetua estereótipos. No Brasil, autoras como Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo refletem sobre racismo, sexismo e questões de gênero relacionados à mulher negra, escancarando um país onde grande parte da população parece ignorar tais problemas. As autoras apresentam a resistência da população negra diante de anos de apagamento de sua cultura e suas obras têm ganhado o devido reconhecimento há alguns anos.

Nesse sentido, acompanhando o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, as Bibliotecas Universitárias têm um dever além da organização e disseminação da produção científica. Ademais, alicerça no ensino, pesquisa e extensão que se entrelaçam nos ambientes dessas bibliotecas que contribuem com o campo científico brasileiro em diversas áreas, proporcionando recursos informacionais para que discentes e docentes realizem suas pesquisas de maneira plena. Mas muito mais do que recursos, as Bibliotecas Universitárias têm se preocupado com sua

ambiência e em acolher as minorias que agora têm acesso à Universidade Pública. Ao acolher novos usuários, através das ações afirmativas, por exemplo, é dever da Biblioteca Universitária também pensar e repensar seus produtos e serviços, incluindo seu acervo. De acordo com Baptista (2023) “[...] compete a elas, também, o esforço de proporcionar uma coleção de materiais bibliográficos sem restrição e com espaços amplos para o acolhimento de todos.”

Visto que o número de estudantes negros matriculados em Instituições de Ensino Superior cresceu nos últimos anos (Senkevics, 2022), também devido às leis federais, como a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) que reserva 50% das vagas para candidatos de escolas públicas, onde grande parte dos matriculados são pessoas negras, as Universidades têm se debruçado em proporcionar a permanência dos estudantes. Por exemplo, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2022⁶, do Inep, 55.371 pessoas ingressaram em universidades, faculdades e institutos federais pelo critério étnico-racial. Assim, as Bibliotecas Universitárias assumem o papel de ajudar na construção de uma identidade negra dentro da Universidade sendo o desenvolvimento de acervo de literatura afro-brasileira um ponto a ser considerado. Isso porque “as coleções não se desenvolvem no vazio, fruto da geração espontânea” (Vergueiro, 1989, p. 18): as coleções são desenvolvidas de acordo com a comunidade na qual estão inseridas as bibliotecas. Embora a Lei nº 10.639/03 tenha sido criada para obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos fundamental e médio, também deve ser aplicada no ensino superior, conforme exemplificado por De Jesus (2017, p. 55) “pois é importante compreender que o Brasil precisa de um processo contínuo de reorganização de conteúdos programáticos a serem aplicados em todos os níveis e cursos (bacharelados e licenciaturas), uma vez que nos foi possível acessar somente um lado da história.”

Portanto, “a presença da materialidade do livro das múltiplas autorias, sujeitos, culturas, conhecimentos subalternizados pelo pensamento colonial podem romper com o modelo que contribuiu para as invisibilizações e silenciamentos” (Tanus; Souza, 2022, p. 3). Mais do que um acervo que contempla histórias negras, a Biblioteca Universitária também deve repensar sua identidade e postura diante dessas novas realidades presentes em suas comunidades. “Uma biblioteca decolonial seria, pois, o espaço ético e político de múltiplos discursos e de desvelamento

⁶ Em 2012, quando da promulgação da Lei de Cotas, o número de ingressantes no Ensino Superior era 40.661. Dez anos depois, em 2022, esse número passou para 108.616, de acordo com o Censo do Inep de 2022.

e reflexão das relações de saber-poder” (Tanus; Souza, 2022, p. 3), sendo potenciais responsáveis por influenciar e modificar as condições culturais dos indivíduos (Silva, 2022). Para além dos gestores da universidade e das atividades das bibliotecas, ações que promovam um pensamento crítico decolonial devem partir, também, da pessoa bibliotecária, que não é agente passivo na construção de um acervo. A pessoa bibliotecária que compreende a construção das relações étnico-raciais no Brasil pode propor reflexões sobre como a população negra é constantemente desqualificada na construção social, adquirindo obras que contribuam para essa reflexão (Gomes, 2016, p. 747; Valério, 2018, p. 285), construindo um acervo antirracista, passo importante para que o papel social da biblioteca seja desempenhado.

Torna-se evidente a necessidade de trazer uma nova narrativa para dialogar com os usuários deste acervo, especialmente discentes oriundos das políticas de ações afirmativas que adentram neste espaço. O princípio basilar é que o desenvolvimento de coleções, contemplando os valores decoloniais, deve representar toda a sociedade brasileira, priorizando a sua diversidade étnica e pluralidade que engloba as desigualdades sociais e raciais existentes no país fruto do período escravocrata, que historicamente desumanizou propositalmente grupos raciais.

Este estudo tem como objetivo geral refletir sobre a importância das obras decoloniais em acervos de Bibliotecas Universitárias, de modo a promover a justiça informacional e, ao mesmo tempo, colaborar para a descolonização das unidades de informação por meio de obras escritas por escritoras(es) negras(es) que dialogam e refletem a sociedade brasileira trazendo afrocentricidade, ou seja, a afirmação do sujeito africano e seus descendentes dentro de sua história e experiências dentro da história humana rejeitando assim a marginalidade imposta pela hegemonia eurocêntrica (ASANTE, 2016). Para tanto, metodologicamente, configura-se como um estudo de tipo exploratório, com abordagem qualitativa, cujos procedimentos de coleta de dados são a pesquisa bibliográfica e teórica que segundo Alexandre (2021) se dá por meio de análise de livros e periódicos especializados, construindo uma revisão de literatura desenvolvida a partir da construção de resumos críticos e argumentativos sobre as obras decoloniais de autores que vêm produzindo conhecimentos acerca da temática como forma de resgatar a história do povo preto, a qual sempre foi marginalizada e apagada em detrimento de outros conhecimentos. Por isso, os movimentos negros lutam para estarem no centro do conhecimento colaborando para a criação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que nas Diretrizes.. (BRASIL, 2004) enfatiza a necessidade de

reconhecimento dos intelectuais negros para a produção novos estudos e conhecimentos na temática étnico-racial.

2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – LUGAR DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Pensar o lugar, a função e o compromisso social das Bibliotecas Universitárias no Brasil, não é trivial. Trata-se de um equipamento de apoio à Educação Superior, indispensável não só para complementar a formação acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores, como também configura-se como espaço com responsabilidade social para prover a construção de novas consciências sobre as incompletudes promovidas pelos processos coloniais e neocoloniais, que se cruzam de modo indissociável aos atuais contextos de produção e consumo de informação, orientadas por regras de um hipercapitalismo avassalador. Retomar alguns dos pontos de partida histórico que orientaram a constituição das Bibliotecas Universitárias, portanto, parece coerente, para que consigamos ponderar sobre seus atuais limites e potenciais avanços na construção de políticas que viabilizem aos seus frequentadores, leituras libertadoras.

Segundo Peter Burke (2003) as Bibliotecas acadêmicas surgem nas universidades europeias para subsidiar a oferta das disciplinas nos cursos oferecidos e, nesse sentido, o ordenamento temático de suas obras seguiria a então estrutura curricular vigente de modo que a ordem dos livros reproduziria a ordem dos currículos nas universidades. No entanto, o historiador nos diz que alterações importantes no sistema de conhecimento acadêmico, ocorreram entre o Renascimento e o Iluminismo, gerando não só uma reorganização do conhecimento, como de suas instituições de produção e, nesse contexto, estes espaços também foram modificadas, pois, nesse período, livros começam a se libertar das estruturas curriculares, e passam a ocupar as estantes das Bibliotecas, promovendo acesso a conteúdo extra curricular. Mas enquanto no contexto europeu, intelectuais se ocupam em construir sistemas classificatórios e bibliografias representativas da produção intelectual e científica, especialmente européia, ou ainda, de modo mais datado, no mesmo período em que Gabriel Naudé, produzia sua grande obra “Orientação para montar uma biblioteca” (1627), na América Latina, seus povos, saberes e culturas, eram deslegitimados, desapropriados e assassinados. Essas incongruências de eventos, ocorridas no bojo da modernidade, já nos permite situar de que ponto temos que partir, para pensar o lugar das

Bibliotecas Universitárias brasileiras. A obra de Enrique Dussel, de 2008 (Meditações anticartesianas: sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade) inclusive, nos fornece dados e fatos históricos, que irão rechaçar a necessidade de que “É preciso, portanto, repensar completamente a história filosófica da Modernidade. Por fim, a crítica mais radical à Modernidade deve ser buscada naqueles que a sofreram” (Dussel, 2008, p. 155).

Embora Peter Burke tenha se detido, na referida obra (2003), a apresentar o contexto europeu de constituição das Bibliotecas acadêmicas, reconhecemos que muitas as estruturas de modelização destes equipamentos de educação no Brasil, seguiram tais modelos, replicando inclusive, estruturas de organização e arranjo, que não se faziam contextualmente adequadas frente a configuração da formação em nível superior no Brasil, no momento de constituição de suas primeiras Bibliotecas Universitárias. A história das universidades no Brasil é ainda recente e, em geral, a maioria das instituições de ensino superior públicas do país datam de menos de 100 anos desde o início da oferta de seus primeiros cursos de graduação. Alicerçada em parâmetros europeus para sua constituição, as universidades públicas brasileiras seguiram, em grande medida, reproduzindo modelos de ensino e pesquisa, constituídos a partir da reprodução de estruturas europeias, mas com todas as dificuldades oriundas das condições sociais e econômicas do país. Consequentemente, em geral, na fase inicial de constituição dessas Instituições, suas bibliotecas também seguiram reproduzindo e aplicando sistemas importados de gestão e tratamento de acervos. Longe de se intentar reproduzir a história das universidades no mundo ou mesmo a história das universidades brasileiras, esse breve preâmbulo tem como objetivo sinalizar que as bibliotecas universitárias, desde sua origem, buscaram alinhar seus acervos às políticas e estruturas educacionais de suas instituições e, este modelo, é ainda vigente. No entanto, como nos apresenta o Prof. Amarílio Ferreira Jr, a construção da educação no Brasil, independentemente do nível, sempre perpassou pelo binômio elitismo e exclusão (Ferreira Jr, 2010). Deste ponto coloca-se em discussão para o presente estudo um outro conceito, mais diretamente relacionado ao binômio indicado: o de inclusão, enquanto contraponto à exclusão. Assim, considerando ser este estudo uma proposta de reflexão sobre o lugar dos acervos decoloniais nas Bibliotecas Universitárias (enquanto instrumentos de criação de consciências para além dos conteúdos oferecidos pelas matrizes curriculares), é que consideramos oportuno apresentar, também, uma perspectiva crítica sobre a

incorporação demasiada, e por vezes, esvaziada, do discurso da inclusão, na educação e conseqüentemente, nas Bibliotecas Universitárias.

Nesse contexto, não objetivamos tecer afirmações, e sim apresentar reflexões, especialmente desenvolvidas a partir do trabalho de Rosalba Maria Cardoso Garcia, intitulado “Para além da “inclusão”: crítica às políticas educacionais contemporâneas” (2014) pois a autora desenvolve um importante debate sobre os limites dos termos “inclusão social” e “educação inclusiva”. Tal debate é válido de ser aproximado ao escopo do presente estudo, pois pensar equipamentos que compõem as Instituições de Ensino Superior no Brasil é pensar o quanto os mesmos se estruturam para incluir, ou excluir, sejam pessoas, saberes e ciências. A autora nos orienta a refletir sobre a necessidade de reconhecermos os discursos políticos, sejam eles nacionais ou internacionais, que atravessam a constituição das políticas educacionais no Brasil, em diferentes níveis. A referida pesquisadora analisa documentos como os do Banco Mundial, OCDE, UNESCO e CEPAL (2000), buscando verificar como o termo “inclusão” tem a construção de seu significado direcionado a representar “mudança social”. A construção da ideia de uma sociedade inclusiva, substituiria o Estado de bem-estar social, sendo então, a comunidade a se tornar responsável pelas reivindicações de justiça e governança. A defesa deste modelo é o da possibilidade de construção de sociedades mais democráticas e pluralistas. Mas esse discurso teria como pano de fundo uma intenção de se promover um corte de gastos públicos, que por sua vez, justificariam a entrada de processos de privatizações, em diferentes esferas. De modo geral, a Educação, nesse contexto, irá se configurar como mais um serviço, que poderá ser prestado por diferentes setores da sociedade, passando a atender ao slogan do “menos Estado”, “mais Sociedade”. (Garcia, 2014).

Conforme destacado por Garcia (2014), a Educação inclusiva, tal como proposto pela UNESCO, serviria então para valorizar a riqueza da diversidade humana, superando assim a exclusão de grupos. Esse discurso, no entanto, dá a entender que será construída uma realidade de mudanças sociais. Mas, o alerta dado pela autora, diz respeito à necessidade de reconhecermos um viés economicista nestes discursos de inclusão. A proposta da UNESCO de Educação para todos, tem como justificativa, o fato de que esta seria a única via para a construção de uma sociedade mais economicamente ativa, produtiva e consumista. Nesse cenário Garcia (2014, p. 116) sinaliza que:

A abordagem inclusiva pressupõe um acesso a todos os alunos a um conhecimento flexibilizado, cujos parâmetros de flexibilização são, por um lado, as necessidades do capital e, por outro, as condições individuais dos estudantes. Tal projeto político contém, ao mesmo tempo uma proposta de apaziguamentos das tensões sociais e de economia na oferta da educação.

No contexto brasileiro, a “educação inclusiva” foi mais diretamente aplicada à educação especial, inicialmente, mas que depois se desdobra em ações orientadas para inclusão de estudantes em relação à renda e a necessidade de ampliação de matrículas. Na intenção de evidenciar os entendimentos construídos no país, sobre esta expressão, “educação inclusiva”, Garcia (2014, p. 123-124) enfatiza que

O termo “inclusão” (social, educacional, escolar) serve a discursos progressistas e conservadores, a diferentes posicionamentos político-ideológicos, o que gera dificuldades para identificar suas filiações. Ao mesmo tempo, tem sido tratado como oposição à exclusão (social, educacional, escolar). [...] é apresentado como solução para a exclusão social.

A partir das argumentações apresentadas pela autora e por demais pesquisadores que investigou, a inclusão faz parte de uma agenda externa, internacional e mercadológica, e que foi estrategicamente incorporada nos “sistemas educacionais” de países vulneráveis economicamente. São múltiplas e complexas as variáveis que compõe essa discussão, mas, de modo geral, o intuito de trazer uma problematização inicial sobre o conceito de “Inclusão” para educação, é a de que consigamos enxergar para além dos termos que nos foram, mais uma vez “incluídos” em nossos discursos educacionais.

Nesse contexto, seria necessário não só uma “reforma” sobre a biblioteca Universitária, mas também, em todo modelo ainda vigente de construção e valorização do conhecimento, nas Universidades. Em 2016, o autor Costa Riquenho Ramón Grosfoguel, aponta, em seu texto “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, que, para desconstruirmos estruturas colonizadoras dos modelos das Universidades ocidentais (e aqui incluímos as estruturas que modelam as Bibliotecas Universitárias em geral), seria necessário:

1. Reconhecimento do provincialismo e do racismo/sexismo epistêmico que constituem a estrutura fundamental resultante de um genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI.
2. Rompimento com o universalismo onde um (“uni”) decide pelos outros, a saber, a epistemologia ocidental.
3. Encaminhamento da diversidade epistêmica para o cânone do pensamento, criando o pluralismo de sentidos e conceitos, onde a conversação interepistêmica, entre muitas tradições epistemológicas, produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com “muitos decidindo por muitos” (pluri-verso), em lugar de “um definir pelos outros” (uni-verso) (Grosfoguel, 2016, p.46).

Seu texto, construído em grande medida a partir do trabalho de Dussel (2008), citado anteriormente, como também está fundado nas produções de Boaventura de Sousa Santos acerca das epistemologias do Sul e da epistemologia Norte-cêntrica, nos permite reconhecer e reforçar a necessidade e a urgência de que Bibliotecas Universitárias, priorizem por acervos que valorizem a diversidade epistêmica, que rompam com o radicalismo do universalismo e que reconheçam que, ainda hoje, muito de suas estruturas resultam do “[...] genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI” (Grosfoguel, 2016, p. 45).

Em síntese, se reconhece que esta discussão é meritória de estudos mais densos e aprofundados e que, aqui, foram lançados apenas como ponto geral para reflexão complementar para auxiliar a pensar sobre o lugar da Biblioteca Universitária “inclusiva” na construção de um processo educacional mais consciente e crítico. O que se está propondo, então, é pensarmos a Biblioteca e seu acervo, para além de sua função de promover a inclusão, indo na direção de promover a emancipação.

3 PREMISSAS TEÓRICAS PARA SE PENSAR ACERVOS DECOLONIAIS

Pensar um acervo decolonial é pensar numa literatura que tenha como papel fundamental a construção do homem enquanto sujeito e cidadão. Segundo Antônio Cândido (1972), a literatura possui função humanizadora. O acervo literário, em geral, precisa cumprir uma função social, desempenhando um papel importante na consolidação da identidade de um povo dentro de uma dada sociedade. A hegemonia de uma literatura eurocêntrica, elitista, impõe-se como constituinte de uma identidade de um povo. Segundo Santana (2021, p. 57) a formação societária brasileira tem uma imbricação com as literaturas constituídas predominantemente

As literaturas constituíram-se, no Brasil, de forma elitista. Nossa construção societária é marcada por um processo escravagista, colonial, misógino, sexista, patriarcal e cujas consequências são percebidas e vivenciadas até os dias de hoje. Entretanto, para analisar o papel das literaturas nesse processo, há que sempre fazê-lo pautado sob o recorte racial, de gênero e de classe, fatores fundamentais para entender como se deu a formação desta população.

Esses aspectos não estão separados e nem desvinculados de um processo e projeto de poder e de controle instaurado na sociedade brasileira. O Estado e a elite brasileira, ao exercerem seus mecanismos de controle, os exercem sob o físico (corpo), econômico, ideológico, político e cultural.

O conceito de controle social na teoria política, a partir de concepções de Estado e de sociedade civil, pode alcançar sentidos diferentes, pode carregar uma certa ambiguidade. Tal conceito é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade ou o controle da sociedade sobre as ações do Estado. Pode, ainda, ser visto como a participação da sociedade na administração pública, com objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão. Também podem ser considerados como instrumentos usados pelo Estado e suas instituições para gerenciar o comportamento dos indivíduos dentro de uma determinada sociedade, população ou grupo. Michel Foucault (1999) chamou isso de dispositivos de poder ou controle.

Revel (2005) admoesta que ‘dispositivos de controle’ para Foucault são “uma série de mecanismos de vigilância e que tem como função não tanto punir o desvio, mas corrigi-lo e, sobretudo, preveni-lo”. Tais dispositivos nos são apresentados como sendo parte estratégica da Biopolítica, ou seja, a política do controle da vida e da morte dos indivíduos e toda a sociedade. A visão de indivíduo/sujeito concebida por Foucault trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores. Na obra “Vigiar e Punir”, o filósofo afirma que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (Foucault, 1999, p. 119). Entendendo aqui disciplina como um dos mecanismos ou dispositivos de controle, de poder.

Muito embora apresentemos aqui um pensador branco, europeu, fora do espectro decolonial e participante daquilo que Cida Bento cunhou como sendo um “pacto da branquitude”, este definido como sendo as relações de dominação que guardam similaridades na forma que são

constituídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados considerados pactos narcísicos que as mantêm (Bento, 2022). Quando se pensa em colonialidade do pensamento versus decolonialidade do pensar, estamos desenvolvendo e analisando a realidade sobre o prisma da Bento. Ou seja, o pacto da branquitude nada mais é do que a reprodução do colonialismo e sua manutenção na sociedade hodierna. Estamos tratando, portanto, de uma relação de poder. Em se tratando desta relação, o filósofo apontou alguns caminhos que pudessem entender a tríade poder-saber-sujeito presentes na discussão da questão da Microfísica do Poder e do Sujeito em suas obras. Ele entende o poder e suas relações com o saber, que por intermédio de seus mecanismos, agem como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos.

Para o filósofo francês Foucault, na modernidade, à medida que foram mudando as relações sociais, políticas e econômicas, também foram sendo produzidas novas relações de poder, mais adequadas a cada época, em cada sociedade. Concomitantemente, o poder apresenta-se também de forma positiva, produtiva. Na medida em que os indivíduos se transformam em uma espécie de correia de transmissão e de reprodução, surge o biopoder, entendido como o domínio, controle e governança sobre a vida dos indivíduos tanto do corpo quanto da mente e o controle e hegemonia ocidental dos acervos das bibliotecas e sua hegemonia ocidental é uma forma desse mecanismo de poder se constituir e permanecer na sociedade brasileira.

O poder, assim, se exerce em rede e faz com que os indivíduos se submetam, sejam sujeitos assujeitados. Ou seja, o poder está espalhado em todas as relações, inclusive, nas da apreensão do conhecimento, bem como seu acesso. Dizer que o poder se exerce em redes, se exerce de forma microfísica, espalhado por toda sociedade e presente em todas as relações sociais é dizer que

O estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz um cessão ou a conquista que se apodera de um domínio.[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (Foucault, 1999, p. 26).

Esse poder manifesto na sociedade apresenta-se como um conjunto de posições estratégicas sob os dominados. O que significa afirmar que a hegemonização do saber eurocêntrico, que se constituiu de forma por vezes violenta e, muitas vezes, através da sutileza de mecanismos de poder, os quais foram, ao longo dos séculos, impetrando à comunidade negra periférica um espaço reduzido ou de epistemicídio. Pensar esses mecanismos e identificá-los possibilita um trabalho mais eficaz quanto ao assujeitamento a que são submetidos muitos dos que hoje adentram a Universidade através das políticas e ações afirmativas. Faz-se mister pensar que os indivíduos que acessaram, acessam ou acessarão as Bibliotecas Universitárias serão também por elas constituídos. E se tais instituições não têm uma política afirmativa e decolonial de seus acervos, a reprodução e constituição de sujeitos com conhecimentos e pensamentos eurocêntricos se prolongará por muito tempo.

Na obra ‘Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina’ o sociólogo peruano Aníbal Quijano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder”, influencia os campos dos estudos decoloniais e, ao tratar da globalização em curso (esse novo padrão de poder), demonstra-a como algo que tem imbricação direta com a dominação colonial/eurocentrismo e a ideia de raça

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (Quijano, 2005, p. 107)

Percebe-se, por sua vez, que o projeto colonialista presente nas Bibliotecas Universitárias é um projeto orquestrado/gestado a partir e em consonância com esse novo padrão de poder societário. Urge, portanto, uma significativa mudança de paradigma na composição dos acervos das referidas bibliotecas. Há que se adquirir um acervo que reflita as reais necessidades de uma educação antirracista e que contemple, no seu bojo, uma decolonialidade de pensamento afrobrasileiro, africano e afrodiaspórico.

4 ROMPENDO COM O SILENCIAMENTO INFORMACIONAL: UMA LITERATURA ANTIRRACISTA A SER INCOPORADA NAS BIBLIOTECAS

As obras de escritores negros partem de práticas e intervenções na realidade apresentada e que buscam a identidade para além daquele sujeito constituído pela modernidade que considera o “branco” aceitável, o correto e o justo, enquanto o “negro”, o malandro, animalizado e infantilizado que precisa ser domesticado (González, 1984). Ademais, a Lei nº 10.639/2003 permitiu romper com esse apagamento e trouxe luz para um olhar afrocentrado sob as histórias contadas pelo colonizador.

Para Kilomba (2019, p. 42) o sujeito branco precisa se proteger de seus conhecimentos dos tidos como não convencionais porque é a forma encontrada para invisibilizar essas pautas não convencionais e desqualificar as verdades desconfortáveis promovendo o silenciamento. Kilomba (2009, p. 58) ainda diz que “Onde há opressão, há resistência” e para a escritora Conceição Evaristo e para Grada Kilomba “Escrever é um ato de vingança e teimosia” porque este ato evidencia a necessidade de escrever e tornar público este conhecimento, silenciado e esquecido no “Quarto de despejo” como diz Carolina Maria de Jesus (2014, p. 32) “O Palácio é a sala de visita, A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. Contudo, este olhar remete aos conhecimentos e saberes gerados nestes locais que são invisibilizados sistematicamente. A escritora Carolina Maria de Jesus ao se mudar para a tão sonhada “Casa de Alvenaria” e ao transitar pela sala de visita ainda se sentia perdida neste não-lugar. “Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita. Uma sala que estou procurando um lugar para sentar” (Jesus, 2021, p. 19), porque muitos não a viam como a escritora brasileira de fato, pelo fato de ser uma mulher negra, ex-favelada e mãe solo, considerado um estereótipo incomum na sala de visita e fora dos padrões eurocentrismo.

Sobre estes atravessamentos, Ribeiro (2017, p. 67) em “O que é lugar de fala?” explica que o foco do interesse por Carolina seria [...] “tentar entender as condições que se constituem o grupo do qual aquela fulana faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda no grupo”. Neste contexto, pesou sobre a autora a curiosidade sobre as vivências de escritora deste lugar esquecido pelo poder público e rico de diversidade, tanto que após o grande sucesso de sua obra, os demais títulos não tiveram o mesmo impacto, levando-a ao ostracismo até a sua morte.

Contudo, a escritora compartilha em suas obras futuras a sua visão de mundo sobre estes grupos dominantes ao ocupar a sala de estar e expõe duramente estes nas obras e que deixa de ser interessante por este motivo, mas percebe-se o comparativo da escritora face aos dois mundos, os quais teve a oportunidade estar e vivenciar.

Djamila Ribeiro em “Quem tem medo do Feminismo negro?” ao citar o discurso “Eu não sou mulher”, da ex-escrava Sojourner Truth, no Congresso de Mulheres em Ohio, em 1851, sobre o tratamento em relação à mulher branca e da mulher negra na sociedade ressalta que “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas.” (Ribeiro, 2018, p. 52). Neste momento, o discurso relata as lutas para sobreviver nos subempregos num sistema opressor que invisibiliza a sua existência. Atualmente estas mulheres buscam o direito do bem viver para não ter o corpo continuamente hipersexualizado como descreveu Gilberto Freyre (Freyre, 2006, p. 368) em “Casa Grande & Senzala”, “[...] do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil - talvez explique aquela predileção”. Esta visão sexista e racista do autor se perpetua, solidificada no imaginário masculino. Mulheres negras ocupam piores índices, sendo que 65%⁷ são empregadas domésticas e cerca de 62%⁸ são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. Estes números refletem muito sobre a condição da mulher negra que se encontra na base da pirâmide social. Nascimento (2016) exemplifica que essa política se dá de outra forma pela negação de oportunidades, encarceramento em massa da população negra e o extermínio sistemático destes grupos sociais e a privação de direitos básicos de subsistência, ou seja, uma estrutura minuciosamente arquitetada e pensada para não promover a igualdade e equidade trazida na Constituição Federal de 1988.

A “Coleção Feminismos Plurais”, coordenada por Djamila Ribeiro, é composta por livros pequenos e de fácil leitura que abordam temas como Racismo Estrutural, Racismo Recreativo, Colorismo entre outros, escritos por escritores(as), pensadores(as) e estudiosos(as) negros(as) que trazem as análises e discussões baseadas em seus estudos e sob a sua vivência sendo um contraponto no conteúdo apresentado nos livros didáticos (Costa; Melo; Silva, 2020). No título de Joice Berth, “Empoderamento”, que tem como objetivo discutir o que de fato é o empoderamento, a

⁷ Vivala, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jxAMU>. Acesso em: 24 jul. 2023.

⁸ MULHERES negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta Anistia Internacional. **Bom dia Brasil**, 20 ago. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iHMT9>. Acesso em: 25 jul. 2023.

autora utiliza os conceitos de Paulo Freire trazidos pela obra “Pedagogia do Oprimido” que é necessário instrumentalizar os grupos oprimidos (Berth, 2019, p. 29). “Empoderamento é dar poder ou capacitar” para que busquem a emancipação política e social para traçar regras homogêneas por meio do fortalecimento das lutas para combater as opressões sociais.

Neste contexto social, sobre a situação da população negra, ressalta-se a obra de Conceição Evaristo, “Olhos d’água”, que traz as “escrivências” deste grupo marginalizado que sobrevive diante das condições subumanas que lhe são impostas. A população negra convive com a triste realidade de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil⁹ pelo poder público que promove o genocídio sistemático e violento nas favelas e periferias. Essa realidade é discutida em um dos contos mais conhecidos da autora, “A gente combinamos de não morrer”, que retrata não só a violência existente nestes locais e a dor da mulher negra de perder um filho e pelos vários motivos que atravessam pessoas negras residentes destes locais vítimas de vários racismos.

Ressalta-se também a importância da obra de Lázaro Ramos, “Na minha pele”, que traz a sua história de vida como um homem negro e as suas vivências na Ilha do Paty. Mesmo com a ascensão social e sendo um ator renomado, o racismo não deixou de atravessá-lo porque independentemente de onde esteja a sua cor não passará despercebida. Isso faz parte do racismo estrutural, que mantém as pessoas negras às margens e em posições sociais estruturais que reforçam as desigualdades sociais destes grupos.

Já em “Marrom e amarelo”, Paulo Scott aborda questões do colorismo através da história de dois irmãos, um negro retinto e o outro pardo. Traz também a raiva aflorada nas pessoas negras pelas violências e apagamentos sofridos diariamente e reflete como o racismo não pode ser simplesmente apagado pela adoção de uma “régua racial”. “Não tem como criar uma régua de cor, um negrômetro, uma régua racial para inserir num programa de computador (...)” (Scott, 2019). A obra de Scott dialoga com “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório, que trata da questão racial e suas interseccionalidades como colorismo, relações interracialias, diferenças entre homens negros e mulheres negras e violência policial. No trecho “Não chame a atenção dos brancos. Não fale alto em certos lugares, as pessoas se assustam quando um rapaz negro fala alto. Não ande por muito tempo atrás de uma pessoa branca, na rua. Não faça nenhum movimento brusco quando um policial

⁹ ONU. *Racismo*: a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. [S. l.]: ONU, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jKNY3>. Acesso em: 24 ago. 2023.

te abordar” (Tenório, 2020, p. 88) percebe-se o quanto o comportamento do negro é cerceado a todo momento e a cor da pele determina o modo de se portar na sociedade.

“Torto arado”, de Itamar Vieira Jr, que ganhou notoriedade nos últimos anos, dá voz a uma população quase sempre esquecida pelo Estado e em constante conflito na defesa de seus territórios. O título traz à tona a herança escravagista do Brasil. O autor, ao retratar essa herança, reflete sobre o apagamento das culturas negra e indígena pelo “homem branco” e como a história do país sempre foi contada de modo a parecer que reinava a harmonia: “Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado.” (Vieira Júnior, 2019). As vivências de uma mulher negra e africana, em “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves, distancia-se da versão eurocêntrica dessa “harmonia” nos contada durante anos.

Assim, a Biblioteca Universitária, ao disponibilizar obras decoloniais, cumpre com seu papel de democratizar o conhecimento de modo irrestrito. Ao dar visibilidade a outras histórias, como nos ensina Chimamanda Ngozi Adichie em “O perigo de uma história única”, sobre nossa realidade, a Biblioteca está oportunizando a formação de pessoas com cada vez mais consciência social crítica, e ao mesmo tempo, colaborando para que todos os conhecimentos sejam reconhecidos dada pluralidade da diversidade étnica existente no país.

A partir destas narrativas constata-se a necessidade de trazer o outro lado da história não contada nas poucas páginas nos livros didáticos, que trazem apenas a participação da população negra como pessoas escravizadas e, após a abolição da escravatura, ignoram a existência dessas pessoas. A busca por novas fontes de informação que contemplem essas histórias se dá pela necessidade informacional dos seus usuários que representam a sociedade brasileira independente da ideologia política, mas que respinga na existência como pessoa em uma sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras analisadas no estudo trazem à luz a realidade das pessoas negras na sociedade e sentimentos de tais que são subjugadas pela cor e apresentam atravessamentos significativos na sua re(existência). É através da escrita que manifestam a urgência para a mudança, na desconstrução de

conceitos e paradigmas elencados pela branquitude. Posto isso, é imprescindível que as pessoas bibliotecárias constituam o acervo de suas bibliotecas a partir de tais literaturas sob um novo viés.

Um acervo plural e diverso colabora para a construção de novas narrativas a partir de escritores e intelectuais negros, pois estes sempre contribuíram para a produção de conhecimento e saberes que geralmente não constam nos livros didáticos. Os saberes ancestrais foram passados de gerações para gerações oralmente e muitas vezes não há registros documentais nem sobre os acontecimentos e nem mesmo de sua origem étnica pois foram violentamente apagados em nome de um capitalismo que dita as relações até os dias atuais. Ressalta-se aqui a importância de materiais que registrem, também, esse conhecimento oral, que não constam nos livros. A construção de um acervo com vídeos, áudios e audiolivros pode tanto preservar a memória quanto atrair para o ambiente da biblioteca pessoas que não têm domínio da língua escrita, sejam elas crianças ou adultos e idosos.

A forma de resgatar a história de grupos historicamente excluídos e marginalizados se dá através de ações nos espaços informacionais, como por exemplo: rodas de conversas, exposições de livros de escritoras(es) negras(es); eventos que visam o enaltecimento da cultura afro-brasileira; quiz sobre assuntos relacionados à temática dentre outras atividades, as quais poderão contar com a participação dos estudantes e dos movimentos sociais como protagonistas das ações desenvolvidas no espaço porque estes conhecimentos são oriundos dos quilombos urbanos permitindo uma cosmovisão em outros lugares. A partir disso, o conhecimento aos poucos vai sendo resgatado por novos estudos e novas leituras sobre a temática. Estes contrapõem o racismo científico que busca justificar a partir de supostos conceitos científicos da supremacia branca em detrimento de outros grupos étnicos, o qual por muito tempo foi amplamente difundido e persiste no pensamento da branquitude acrítica que nega o racismo e se recusa a reconhecer seus privilégios perpetuando assim as relações desiguais que permeiam a sociedade brasileira. É importante salientar que ao enaltecermos os escritos por pessoas negras constitui-se um novo olhar sobre as relações raciais.

A leitura destes intelectuais torna-se imprescindível para compreender a sociedade e, mais importante, dar visibilidade para esses que estão falando pelos orifícios da máscara do silenciamento. Esse novo momento permite que rompamos este apagamento trazendo estes conhecimentos ao centro, por meio dos escritos e das percepções de mundo, de modo que essas

vozes ecoem em todos os espaços, em especial, aqueles que objetivam democratizar o acesso à informação para todos como as Bibliotecas Universitárias que moldam cidadãos para o mercado do trabalho e para vida.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípio e fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaios Filosóficos**, v. 14, p. 9-18, 2016.

BAPTISTA, Michele Marques. A decolonialidade no campo da biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. **Encontros Bibli**, v. 28, n. especial, p. e91389, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91389>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Feminismos Plurais).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília. DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_a_fricana.pdf. Acesso em: 20 jun.2021.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Lei 10.623 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, SP, 2012.
DOI:10.20396/remate.v0i0.8635992. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COSTA, Fernanda C. S.; MELO, Daniella Alves de; SILVA, Laelson Felipe da. A importância da coleção de feminismos plurais no enfrentamento à desinformação sobre as questões étnico-raciais no afro-brasileiros. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisa e experiências da aplicação da lei 10.639/2003 na formação e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 463-478. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/bd/index.php/detalhes-material/?code=110361>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DE JESUS, Fernando Santos. Os desafios para a implementação da Lei 10.639/03: uma análise a partir de outros olhares epistêmicos. **Horizontes**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 49–58, 2017. Disponível em:
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/321>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DUSSEL, Enrique. Anti-meditaciones cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 153-197, 2008.

FERREIRA JR., Amárico. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Para além da "inclusão": crítica às políticas educacionais contemporâneas. In: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1. ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014. v. 1, p. 101-140.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, 738–752, 2016. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1216>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://shre.ink/3o5>. Acesso em: 28 jul. 2023.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria: volume 1: Osasco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto do despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, setembro 2005. (Colección Sur Sur).

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTANA, Marival Balduino. A(s) literatura(s) e a formação da(s) identidade(s) da população brasileira: a racialização e o racismo como algo constante nas obras literárias. *In*: BATISTA, José Geraldo; SOUZA, Walber Gonçalves de. (org.). **Resiliências literárias**. 1. ed. Caratinga: FUNEC Editora, 2021. v. 1, p. 56-59.

SCOTT, Paulo. **Marrom e amarelo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza. De Brancos para Negros? Uma análise longitudinal da reclassificação racial no enem 2010-2016. **Dados**, v. 65, n. 3, p. e20190088, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/KS9p9Mvbz83j8tYx45S7N4m/#>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Andreia Sousa da. Possibilidades decoloniais para bibliotecas universitárias brasileiras: fortalecendo as práticas integradoras face a efetivação de ações antirracistas. **folha de rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 121-132, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/854>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palavra Clave**, La Plata, v 12, n. 1, p. e170, 2022. Disponível em: <https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce170>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In*: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira. *et al.* **Formação e atualização política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 269-283. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

Afrocentricity in University Libraries: The Importance of Decolonial Works in the Collections

Abstract: The study reflects on the importance of decolonial works in the University Library's collections. These works are based on the writings of black intellectuals and writers who break through the mask of silencing imposed by colonialism. The aim of this study is to reflect on the importance of decolonial works in university library collections. This will promote informational justice and contribute to the decolonization of information units. The study will focus on works written by black writers who dialogue and reflect Brazilian society by bringing Afrocentricity. This study is exploratory and employs a qualitative approach. The data collection procedures involve bibliographical and theoretical research. The aim is to analyze the dialogical potential of works in university collections. The analyzed works offer insights on promoting decolonial and anti-racist perspectives, contributing to social, informational, and racial justice in university libraries.

Keywords: decoloniality; university library; collection; racism; informational justice.